



LIÇÕES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Selma de Fatima Vanderley ¹
Maria Valéria Barbosa ²
Daniela Almeida Lira ³

RESUMO

O presente artigo busca instigar a reflexão acerca da história da educação no Brasil, relacionando-a aos projetos societários ao longo do século XX. Diante disso, pontua-se como ocorreu a ampliação do acesso a escola pública, universal e gratuita, ponderando o papel de determinados atores sociais, como educadores, intelectuais e também dos movimentos sociais nesse processo e aponta os desafios postos no século XXI. Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Com o embasamento teórico de autores como Algebaile (2009), Arroyo (2015), Frigotto (2005), Saviani (2015), Shiroma (2002), tem-se que a história da educação foi e é fortemente marcada pelos contextos históricos, sociais, culturais e políticos vivenciados no desenvolvimento da sociedade, sendo necessário ponderar a interação dialógica entre essas variáveis e contextos constantemente permeados por tensões e pressões para compreensão da educação pública que temos hoje.

Palavras-chave: Educação; Estado; Políticas Sociais.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta reflexões acerca da história da educação no Brasil. Enquanto política pública considerada, na letra da lei vigente, como direito universal, mas que passou por inúmeras transformações, sem, contudo, alcançar plenamente este patamar.

Dessa forma, o objetivo desse estudo é apresentar como a história da educação está estreitamente ligada ao desenvolvimento da sociedade, à mobilização social e aos ideais políticos do Estado em cada momento histórico.

Para isso utiliza-se da pesquisa bibliográfica para subsidiar os apontamentos acerca de como ocorreu a ampliação do acesso a escola pública, universal e gratuita, ponderando o papel de determinados atores sociais, como educadores, intelectuais e também os movimentos sociais nesse processo.

Apresentamos no texto, de forma sucinta, alguns aspectos importantes do processo de construção, no século XX, da educação pública que temos hoje no Brasil, demonstrando como

¹Doutoranda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, UNESP, selma.vanderley@unesp.br;

²Professora doutora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, UNESP, valeria.barbosa@unesp.br;

³Mestranda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, UNESP, daniela.lira@unesp.br.



os projetos societários repercutem no campo educacional e os desafios que são postos às políticas sociais no âmbito estatal.

EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A política educacional e, conseqüentemente, o processo educativo em si são complexos e fortemente marcados não só por variáveis pedagógicas, mas pelos contextos históricos, sociais, culturais e políticos vivenciados no desenvolvimento da sociedade. Como indica Gomes (2007), esses contextos são marcados por processos de colonização e dominação.

Para Arroyo (2015), o sistema escolar tem sido um território de fortalecimento ou de não enfraquecimento dessas estruturas de poder. Dessa maneira, é preciso ponderar a interação dialógica entre essas variáveis e contextos, permeados por tensões e pressões, correlações de forças, considerando o direito a educação como direito ao desenvolvimento humano.

Numa análise da história da educação, Saviani (2015) observa que foi o desenvolvimento da sociedade brasileira em um sentido capitalista que, acelerando o processo de industrialização e urbanização, intensificou as pressões sociais em torno da questão educacional na década de 1920, período em que o poder centrava-se nas oligarquias agrárias e a educação era privilégio de poucos. Como reforça Frigotto, (2005, p. 227), “as classes populares são relegadas ao analfabetismo ou, para alguns poucos, o ensino primário”.

Já nas décadas seguintes, de 1930 e 1940, há uma significativa mudança nessa realidade, onde reivindicou-se da escola a função de contribuir para o diálogo com a questão social, numa concepção salvacionista de educação “convencia-se de que a reforma da sociedade pressuporia, como uma de suas condições fundamentais, a reforma da educação e do ensino”. (SHIROMA, MORAES, EVAGELISTA, 2000, p. 17).

O desenvolvimento nacional passou a ser o objetivo central do governo, assim, interessava “[...] à burguesia industrial a diminuição do analfabetismo e da ignorância, terreno fértil para o domínio e a reprodução do poder da oligarquia agrária [...]” (FRIGOTO, 2005, p. 228) e, na nova conjuntura, as questões sociais demandavam respostas por meio de políticas públicas.

As políticas públicas, particularmente as de caráter social, são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas. Assim, não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos sociais,



expressando, em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo. (SHIROMA, MORAES, EVAGELISTA, 2000, p. 9).

Frigotto (2005) descreve que no período marcado pela ditadura de Getúlio Vargas viu-se, no campo educacional, o ideário populista estender às massas populares o direito a educação escolar, porém uma educação de segunda categoria. É nesse período que são criadas as Leis Orgânicas do Ensino, a chamada Reforma Capanema. Com as leis do ensino técnico e do ensino secundário mantiveram-se os privilégios, fortalecendo a dualidade na educação, com um ensino voltado aos filhos dos trabalhadores, por meio da profissionalização da mão de obra para o mercado de trabalho e o ensino secundário, destinado à formação dos intelectuais do país.

O novo governo se identificava com os ideais de renovação da política e da economia brasileira, neste sentido, adotou uma política a favor da industrialização que teve representação bastante significativa no desenvolvimento do ensino técnico nas décadas de 1930 e 1940, uma vez que, este ramo de ensino estava atrelado ao desenvolvimento da indústria e a todo o processo de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. (BRESSER PEREIRA, 1970).

Nesse período ocorreu ainda O Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova⁴, em 1932, que representava a preocupação de alguns intelectuais quanto ao quadro educacional brasileiro. No Manifesto já havia a preocupação dos educadores em relação aos rumos da dualidade existente no sistema escolar. Como segue no excerto extraído desse documento:

No plano de reconstrução educacional, de que se esboçam aqui apenas as suas grandes linhas gerais, procuramos, antes de tudo, corrigir o erro capital que apresenta o atual sistema (se é que se pode chamar sistema), caracterizado pela falta de continuidade e articulação do ensino, em seus diversos graus, como se não fossem etapas de um mesmo processo, e cada um dos quais deve ter o seu "fim particular", próprio, dentro da "unidade do fim geral da educação" e dos princípios e métodos comuns a todos os graus e instituições educativas. De fato, o divórcio entre as entidades que mantêm o ensino primário e profissional e as que mantêm o ensino secundário e superior, vai concorrendo insensivelmente, como já observou um dos signatários deste manifesto, "para que se estabeleçam no Brasil, dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, diferentes nos seus objetivos culturais e sociais, e, por isto mesmo, instrumentos de estratificação social". (O MANIFESTO..., 1932, s/p)

⁴ "[...] buscava diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas em matéria de educação. Preconizava a organização de uma escola democrática, que proporcionasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre a base de uma cultura geral comum, de forma flexível, possibilitasse especializações para atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de predominância manual e mecânica (cursos de caráter técnico)" (BRASIL, 1999).



O “Manifesto dos Pioneiros” denunciou a existência de dois sistemas que causavam a estratificação social dentro do próprio sistema educativo, almejava-se um mesmo nível para os dois tipos de ensino secundário (o profissional e o intelectual).

Algebaile (2009, p. 91) complementa que,

[...] a expansão da oferta educacional é expressão de práticas sociais e relações de forças que antecedem e atravessam as medidas oficiais a seu respeito. É sempre movida por impulsos que decorrem dessas práticas e relações, estando relacionada, portanto, com modificações nas expectativas dirigidas à educação escolar, com as ações que se apresentam como respostas às novas demandas, com os novos usos e utilizações da escola que daí decorrem e ainda, com os esforços no sentido da sistematização da oferta e de sua expansão.

Shiroma, Moraes, Evagelista (2000) ressaltam que para compreender uma política pública é necessário entender o significado do projeto social do Estado e as contradições gerais do momento histórico em questão. Dessa maneira, Ball e Mainardes (2011) chamam a atenção para o risco, nas pesquisas científicas, da desvinculação entre espaço e tempo no qual emerge uma política, pois ela expressa as disputas que se engendraram naquele momento. As autoras expõem ainda a importância de conectar as políticas educacionais à arena geral da política social.

Assim, a história da educação, nos anos que se seguiram, com o Regime do Estado Ditatorial, tem no campo educacional é alvo de duas reformas: a universitária que ocorreu em 1968 e a reforma dos ensinos primário e secundário, em 1971. Estas se dão sob o ideário do capital humano, num vínculo estreito entre educação e mercado de trabalho, nesse particular, deslocam o problema da desigualdade de classe social para a desigualdade educacional. (FRIGOTTO, 2005)

A reforma universitária criava condições para a formação qualificada dos escalões mais altos da administração pública e da indústria. Já a reforma dos ensinos primário e secundário assegurava a ampliação da oferta do ensino fundamental e qualificação para a inserção de amplos setores das classes trabalhadoras no processo produtivo, persistindo, mesmo que indiretamente, a dualidade no ensino. A legislação mudou, porém, a manutenção da subalternidade da classe trabalhadora continua no ideário dos detentores do poder.

No período da ditadura houve um descompromisso do Estado em financiar a educação favorecendo a abertura para o capital privado. Segundo Frigotto (2005), ao final desse período, a desigualdade continuou e a de classe se acentuou, ao mesmo tempo que possibilitou o ingresso do setor privado na exploração deste mercado que se mostrou altamente lucrativo.



Nos últimos anos da década de 1970, à medida que foi se aprofundando a luta pela redemocratização do país, aumentava as reivindicações por mudanças no sistema educacional. Defendia-se a erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública, numa concepção de escola pública e gratuita como direito e dever do Estado.

Nesse momento de defesa da escola pública, Saviani (2015) apresenta como estratégia retirar a educação da tutela do Estado, mas isso não significa a liberação do Estado dos encargos educacionais, pelo contrário, trata-se na verdade, de exigir que ele assuma plenamente os encargos que garantam as melhores condições de funcionamento da rede de escolas públicas e não o controle do processo educacional. O autor ressalta a necessidade de superação do dualismo entre ensino da classe detentora do poder e educação popular, da luta pela popularização do saber, combatendo os privilégios.

Engrossando essas reivindicações pela escola pública de qualidade para todos, os movimentos sociais que foram se reorganizando, ganhando maior expressão e visibilidade nos anos finais da ditadura, tiveram papel importante, inclusive tendo a educação como elemento crucial nessa articulação. Assumiram seus projetos de luta e reivindicações de direito à educação pública sempre imbricados às questões da cidadania.

Considerando essas correlações de forças existentes no desenvolvimento da sociedade, Ball e Mainardes (2011) apontam a importância de se observar as conexões entre o macro contexto e os detalhes para não ignorar o poder dos sujeitos e dos contextos locais na mediação, tradução e ressignificação das políticas implementadas.

No movimento de reivindicações, os educadores e intelectuais, mediante suas instituições científicas, políticas e sindicatos, protagonizaram a construção do projeto da Educação na Constituinte de 1988, que lograva a universalização da escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

Entretanto, com a vitória presidencial de Fernando Collor de Melo, o que entrou em curso foi um ajustamento que pressupunha conter e restringir a esfera pública, seguindo as leis da competitividade mundial. Posteriormente, com o governo centro-direita de Fernando Henrique Cardoso, orientado pelo projeto neoliberal, seguiu-se o atendimento as leis do mercado globalizado, marcado pela desregulamentação de direitos e privatizações.

Nesse contexto de abertura de mercado e competitividade tem-se novamente a educação como panacéia. Alegava-se que o novo paradigma produtivo demandava requisitos diferenciados de educação geral e qualificação profissional dos trabalhadores, especialmente



no que tange à manutenção e inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2000)

Visando também o cumprimento de acordos internacionais, a prioridade do Estado no campo educacional, na década de 1990, foi combater as altas taxas de analfabetismo, assegurando o acesso e permanência na escola. Porém, a ordem do mercado era o enxugamento da máquina pública e, num raciocínio economicista, ao invés de expandir a rede pública visando o acesso e permanência, estimulou programas emergenciais de aceleração da aprendizagem. O resultado foi a persistência do analfabetismo, agora com o crescimento do fenômeno do número de escolarizados analfabetos. Na realidade, somou-se então ao analfabetismo absoluto o analfabetismo funcional, com a adoção da promoção automática, que melhora/mascara os índices e que mantém a exclusão das classes populares do direito à educação.

Para Algebaile (2009) em meados da década de 1990 o debate sobre a educação brasileira perpassa os problemas da eficiência do ensino e de sua baixa produtividade. Segundo a autora,

A situação do ensino não era mesmo de se negligenciar. Transcorridos mais de vinte anos do início da última grande reforma educacional de abrangência nacional, conduzida pela Lei nº 5.692/1971, o que se destacava no panorama da escolarização nacional era a persistência de antigos problemas relativos ao ingresso, à permanência e à formação escolar. (ALGEBAILLE, 2009, p. 53)

Ball e Mainardes (2011) observam que as modificações que vêm ocorrendo no campo educacional nos últimos 20 anos são, também, reflexos das mudanças que ocorreram no setor público, subordinadas às forças do mercado. O Estado passa a incorporar a lógica e a cultura do novo gerencialismo, identificado nos princípios mercadológicos de produtividade, qualidade, competitividade e enxugamento dos gastos. As autoras ressaltam que, no âmbito das pesquisas em políticas públicas, estas não podem marginalizar a influência que os contextos econômicos, políticos e sociais tem em suas análises, inclusive os de âmbito internacional.

Nesse contexto, a função social da escola tem sido, predominantemente, enfraquecer as perspectivas ético-políticas que afirmam a responsabilidade social e coletiva e a solidariedade e reforçar o ideário de uma ética individualista, privatista e consumista. O objetivo é produzir um cidadão mínimo, consumidor passivo que se sujeita a uma cidadania e uma democracia mínimas, formais. (FRIGOTO, 2005, P. 234)



Impõe-se a lógica do mercado ao setor educativo, com a substituição de uma política de educação por uma política de avaliação e o favorecimento de privatizações, sobretudo, no ensino superior. (PAIVA, 2005)

Nessa arena de lutas pelo direito a educação, o papel dos movimentos sociais tem sido relevante como meio de organização da sociedade, denunciando as práticas discriminatórias presentes na educação, de um sistema hegemônico que os subalternizam, mas seguem lutando por uma educação mais inclusiva,

São os movimentos sociais os protagonistas centrais na politização do não reconhecimento da diversidade. Politizam as tentativas de destruição das culturas dos povos indígenas, quilombolas, negros. Politizam a cultura para além de concepções que os pensam submissos, passivos e partilhando da cultura hegemônica. (ARROYO, 2015, p. 59).

Na conjuntura de fins de século XX as organizações da sociedade civil representaram um espaço de resistência e luta por uma educação básica de qualidade enquanto direito social de todos em meio a ideologia privada, do mercado e das privatizações.

OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI.

As lições da história da educação pública no século XX nos encaminha para pensar os desafios que se colocam nesse início de século XXI. Compreender o papel do Estado e da ideologia dominante em cada momento histórico permite entender como são delineadas as políticas sociais e, do mesmo modo, permite entender as disputas que permeiam esse processo, que é influenciado por interesses, seja da classe detentora do poder ou das reivindicações das classes excluídas.

Esses interesses adquirem diferentes nuances conforme a natureza do Estado e a maneira como este estabelece suas prioridades em face às solicitações do mercado. A instabilidade do mercado capitalista faz com que seja necessária a implantação das políticas, porém são ciclos, ora mais, ora menos intervenção/regulação que advém do Estado, conforme seu projeto societário.

Burton (2014, p. 317) analisando o papel do Estado no mundo globalizado, afirma que “ao passo que a política em geral e as políticas, em particular, tenham, na verdade, se tornado mais ‘neoliberais’, isto não significou uma redução completa no papel e no tamanho do Estado e de outros grupos na formulação e formação dessas mesmas políticas.”

Nesse sentido Azevedo (2004, p. 61) destaca que é importante saber



como se dá o surgimento de uma política pública para um setor, ou, melhor dizendo, como um problema de um setor será reconhecido pelo Estado e, em consequência, será alvo de uma política pública específica. Política esta que surgirá como o meio de o Estado tentar garantir que o setor se reproduza de forma harmonizada com os interesses que predominam na sociedade.

Com efeito, pode-se afirmar que um setor ou uma política para um setor, constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada. A partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo a atuação do Estado.

À exemplo, no movimento de reivindicações dos anos finais da ditadura, os educadores e intelectuais, mediante suas instituições científicas, políticas e sindicatos, protagonizaram a construção do projeto da Educação na Constituinte de 1988, que lograva a universalização da escola pública, gratuita e de qualidade para todos. Outras políticas na área educacional, como as cotas nas universidades partiram das reivindicações de grupos organizados. São conquistas que partiram de contextos de grupos específicos ou de minorias, insatisfeitos com os contextos gerais de gerir, manter ou implementar algumas políticas de educação.

Entretanto, na história mais recente, século XXI, o legado dos movimentos, das organizações de lutas sociais em prol da garantia e efetivação de direitos tem tido momentos de fragmentação e perdido forças frente às mutações do projeto social do Estado a partir da evolução do capitalismo (ex: sindicatos de trabalhadores), com a descrença por boa parte da sociedade.

Mas também tem tido momentos de organização com novos atores, como as ocupações dos secundaristas em 2016, que teve como estopim as tentativas de reorganização escolar em São Paulo, propostas pelo governo neoliberal de Geraldo Alckmin, e resultou na ocupação de diversas escolas no estado. Posteriormente, a partir da PEC/55 e a imposição da Reforma do Ensino Médio, sem diálogo com a comunidade escolar, fez com que as ocupações se alastrassem por todo país, visando reivindicar uma educação de qualidade e que as mudanças estabelecidas fossem revistas com base nas demandas feitas pelos estudantes.

De modo geral, a questão é que o mundo globalizado promoveu e vem promovendo grandes mudanças na sociedade em geral e no âmbito do Estado. Ball (2013) aponta que atualmente está ocorrendo em todo o mundo ‘movimentos’ que envolvem a modernização dos serviços públicos. Ele menciona o que Jessop (2002) chama de “desestatização”, ou seja, serviços anteriormente realizados pelo Estado estão agora sendo feitos por vários tipos de relacionamento do Estado com outros entes (público e/+ privado e/+ Ongs e/+ fundações e/+ outros).



Nesse contexto, Ball (2013, p.177) utiliza o termo ‘heterarquia’ para explicar esses ‘movimentos’ que se estabelecem, onde “[...] novas vozes e interesses são representados no processo político, e novos nós de poder e influência são construídos e fortalecidos”. O que Ball (2013) também chama a atenção no texto (usando o exemplo da Índia) é para a questão da perda do poder por parte do Estado.

Em entrevista realizada com o cientista político Mounk (2019), publicada no jornal Folha de São Paulo - artigo *Curto-circuito na democracia liberal* -, o entrevistado observa a questão de uma perda da fé no sistema, se referindo ao modelo democrático. Ambos os autores abordam a questão da crise do Estado democrático, das democracias, e desse cenário emerge uma variedade de interesses financeiros, econômicos, comerciais e também os ideológicos que se apóiam na educação como mola propulsora e propagadora.

O cientista político Adan Preworski, na Conferência de abertura do Seminário Internacional ‘Democracia à brasileira’ em comemoração aos 50 do Cebrap – USP, (2019), aborda sobre essa crise da democracia e a partir de seus estudos faz alguns apontamentos, tais como: a importância da história passada da democracia; o fato de haver mudanças de partidos resultantes de diversos governos fortalece as democracias; nos países mais ricos tem menos chance de uma democracia ruir, pois a taxa de crescimento e o nível de desigualdade tem influência. Chama a atenção para as crises econômicas, as crises governamentais, os movimentos anti-institucionais, movimentos antidemocráticos, violência do Estado contra o Estado e privada entre os grupos, a erosão dos sistemas partidários originais, a existência de conflitos; o desejo de mudança, o declínio do eleitorado, questões que indicam e influem na derrocada das democracias. Trazendo a questão do risco de instauração de regimes não democráticos.

Mas o que Adan Preworski (2019) coloca também é que toda crise contém em si mesma soluções potenciais: desastres desaparecem, talvez ocorram reformas parciais, talvez exista uma deterioração global ou talvez um colapso discreto.

Assim, para pensar nos desafios das políticas sociais, da política de educação, é importante compreender o cenário em que o Estado está envolto. Por fim, o fato é que no contexto atual (2020), de crises econômica, governamental e sanitária, de acirramento das desigualdades sociais, de mudanças e, inclusive, de transformações que estavam em curso e tiveram seu processo acelerado com pandemia da Covid-19, como o avanço das tecnologias, automação, tecnologia artificial, entre outras, o campo de análise das políticas sociais, nelas a educação, ou dos “diferentes” Estados enquanto elemento de base das análises é bastante complexo, pois estes não são uniformes, nem estáticos ou permanentes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a educação na sociedade contemporânea é necessário conhecer as transformações políticas, econômicas e sociais e suas influências no campo educacional. Compreender os contextos e correlações de forças envolvidos à criação e implementação das políticas públicas é premissa para melhorar o presente e o futuro. Os acontecimentos históricos, as conjunturas políticas, as forças internacionais, os processos de poder, em cada momento histórico, envolvem-se na compreensão das políticas e influem também na análise delas, pois os autores, pensadores são influenciados pelos contextos vivenciados.

A história da educação perpassa e é influenciada pelo desenvolvimento da sociedade, da industrialização, da economia, da política e, mais recentemente, da globalização que abarca a educação como mercadoria, a partir de um sistema capitalista onde o campo educacional é afetado pelas privatizações e disputas de mercado.

Em cada momento histórico ditou-se à educação uma função social, ora para amenizar as questões sociais, ora como panacéia, ora para subsidiar a industrialização do país, ora para manutenção do *status quo*, se configurando com as transformações da organização social, mas preservando as características que representavam a ideologia dos grupos que detinham o poder decisório. Contudo, as lições da história da educação evidenciam que as finalidades do sistema de ensino também estão imbricadas aos ideais políticos do Estado e estreitamente relacionadas com a organização do trabalho e o nível de desenvolvimento econômico, em cada período.

Mas, o que a história nos mostra é, sobretudo, que a exclusão dos grupos vulneráveis a uma educação de qualidade, inclusiva e emancipatória percorre todo o período, com avanços e retrocessos, mas sempre sendo a potência motriz das lutas e embates com os interesses ideológicos daqueles que estão no poder de decisão e, em função dos movimentos sociais, mesmo que não tenhamos o direito à educação plenamente garantido é por meio da luta da sociedade civil organizada que o mínimo ainda é assegurado, como por exemplo, a votação pela manutenção do FUNDEB.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.



ARROYO, Miguel G. **Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos.** In: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/39832>. Acesso em: 18 jun. 2019.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, Stephen J. **Novos Estados, nova governança e nova política educacional.** IN: Apple, W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. *Sociologia da educação: análise internacional.* Trad. Cristina Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2013. P. 177-189.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil.** 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/99. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico,** 1999. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BURTON, Guy. **Teorizando o Estado e a Globalização na política e políticas educacionais.** *Revista Práxis Educativa.* Ponta Grossa. v. 9, n. 2, p. 315-332, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/viewFile/6386/4050>. Acesso em: 22 maio de 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola Pública Brasileira na atualidade: lições da história. In: LOMBARDI, José Claudinei; DEMERVAL, Saviani; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

GOMES. Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOUNK, Yascha. Curto-circuito na democracia liberal. **Entrevista** concedida a Marco Rodrigo Almeida. Folha de São Paulo, São Paulo, abr, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/democracia-liberal-esta-sendo-corroida-afirma-cientista-politico.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2020.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/o%20manifesto%20dos%20pioneiros%20da%20educa%E7%E3o%20nova.htm. Acesso em: 23 mai. 2019.

PAIVA, Vanilda. A escola pública brasileira no início do século XXI: lições da história. In: LOMBARDI, José Claudinei; DEMERVAL, Saviani; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia em crise?** IN: Seminário internacional 'Democracia à brasileira', São Paulo, 2019. Disponível em: <https://cebrap.org.br/a-integra-da->



conferencia-de-adam-przeworski-na-abertura-do-cebrap50anos/. Acesso: 22 maio 2020.

SAVIANI, Demerval. **História do tempo e tempo da história:** estudos de historiografia e história da educação. Campinas/SP: Autores Associados, 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia; EVAGELISTA, Olinda. **Política educacional.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.